



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5685/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Campos Novos Paulista
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA
Período 12/2017
Relator Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA
Responsável BENEDITO GERALDO MACHADO
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 096.159.498-50
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. RGF Legislativo	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	R\$ 0.00	R\$ 3.190,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	R\$ 6.600,00	R\$ 3.190,00	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	R\$ 0.00	R\$ 6.600,00	R\$ 1.595,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 704.690,54	R\$ 18.892.966,76	3,7299%	6,0000%
4/2017	R\$ 689.064,85	R\$ 18.952.356,58	3,6358%	6,0000%
8/2017	R\$ 688.227,52	R\$ 19.378.372,89	3,5515%	6,0000%
12/2017	R\$ 719.435,01	R\$ 18.935.817,34	3,7993%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 689.355,96	R\$ 19.101.919,21	3,6088%	3,6088%
7/2017	R\$ 690.505,79	R\$ 19.291.005,85	3,5794%	3,6088%
8/2017	R\$ 688.227,52	R\$ 19.378.372,89	3,5515%	3,6088%
9/2017	R\$ 691.298,65	R\$ 19.690.095,37	3,5109%	3,6088%
10/2017	R\$ 700.429,46	R\$ 19.919.667,84	3,5163%	3,6088%
11/2017	R\$ 709.722,02	R\$ 19.507.614,50	3,6382%	3,6088%
12/2017	R\$ 719.435,01	R\$ 18.935.817,34	3,7993%	3,6088%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,7993%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 52.126,58
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 52.126,58
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 6.600,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00

(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 6.600,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-87,3385%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 3.190,00	R\$ 6.600,00	R\$ 3.190,00	R\$ 6.600,00
Consignações	R\$ 416,15	R\$ 137.680,63	R\$ 138.096,78	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 997.981,13	R\$ 994.791,13	R\$ 3.190,00
Total	R\$ 3.606,15	R\$ 1.142.261,76	R\$ 1.136.077,91	R\$ 9.790,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 56,86%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.047.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 595.340,13
Despesa com folha/Transferências realizadas	56,86%

Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%
--	--------

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 15.525.305,53
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 163.940,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	1,06%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,06%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	4839
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 15.525.305,53
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.086.771,38
Total de Despesas do exercício	R\$ 974.714,41
Percentual Apurado	6,28%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,28%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem

cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 05:03:51